

HISTÓRIA DA GUERRA DO PELOPONESO

Introdução à obra de Tucídides

A *Guerra do Peloponeso*, tendo decorrido num tempo distante de nós mais de 24 séculos, permanece na recordação da humanidade muito ligada à figura de Tucídides, que sobre ela nos legou uma descrição memorável. Estudioso que era da história da civilização helénica, Tucídides afirma, no início da obra, ter tido a presciência de que a guerra que se iria travar era de uma grandeza nunca vista, sendo, por tal motivo, digna de ser registada, de forma rigorosa, para conhecimento dos vindouros.

Na verdade, a história não refere, em data anterior, nenhum conflito cuja área geográfica, o número de estados envolvidos, a extensão temporal e a convergência de ações terrestres e navais apresente a dimensão da *Guerra do Peloponeso*. Depois, o protagonismo dos meios navais – no plano estratégico, tático e logístico – é de tal monta, que não é possível, sobretudo dada a ausência de meios de comunicação electrónicos, deixar de sentir um enorme espanto pela forma como a guerra foi sendo conduzida pelos vários centros de decisão política nela envolvidos.

Como em todas as guerras, as condicionantes da geografia tiveram nesta uma relevante intervenção. Em diversos aspectos, a *Guerra do Peloponeso* constitui mesmo um exemplo que pode ser estudado como modelo de uma confrontação entre **duas realidades geopolíticas diferentes**:

De um lado, Atenas, uma cidade-estado com exíguo território metropolitano, de solo pobre para a agricultura, mas que erguera um vasto império colonial em torno da península balcânica, com a particularidade de se tratar de império eminentemente insular. Do ponto de vista geoestratégico, era de suma importância o facto das posições de Atenas e dos seus aliados circundarem completamente o Peloponeso. Embora a maioria dos estabelecimentos atenienses se encontrassem na região mais oriental – Mar Egeu e Jónia –, alguns aliados de peso pontificavam, também, na vertente ocidental da Península Balcânica, tais como Corcira, Cefalónia, Acarnânia e Zacinto. A dominação desse conjunto de posições assentava numa superioridade naval incontestada – própria e dos aliados insulares – e financiava-se, em grande parte, através dos tributos que as diversas parcelas faziam chegar a Atenas. Mas até do ponto de vista da subsistência da metrópole, a escassez de cereais era largamente compensada com a sua importação, por via marítima. Assim, mesmo no plano logístico, a lógica imperial estava presente, porque chegava por mar uma importante parcela dos fundos que permitiam a crescente prosperidade, e, o abastecimento em víveres do centro nevrálgico do conjunto ateniense era, igualmente, canalizado por via marítima. Poder naval e prosperidade andavam – como é natural nestas circunstâncias – intensamente ligados entre si, impulsionando-se mutuamente.

Do outro lado, Esparta, sem tradição marítima comparável, dispunha, em contrapartida, de grande fama no capítulo das forças terrestres, vivendo numa sociedade que valorizava, como nenhuma outra, a formação militar dos cidadãos, desde tenra idade. Alguns aliados de Esparta na Liga do Peloponeso tinham, contudo, uma acentuada vocação marítima – como era o caso, designadamente, dos Coríntios. Desde o início da crise que conduziu à guerra que havia a percepção, por parte dos Espartanos e dos seus aliados, de que teriam de investir grandes recursos financeiros na melhoria dos seus meios navais. Por esse motivo, logo por ocasião do rompimento das hostilidades, se estabeleceu a meta de quinhentos navios a construir.

A estas diferenças de natureza geoestratégica se juntavam outras não menos importantes no apuramento do potencial de combate, designadamente aquelas que tinham a ver com o carácter dos dois povos que se enfrentavam. Tucídides, no derradeiro capítulo da sua obra, descreve essa dissemelhança de forma sugestiva, afirmando que a impetuosidade e espírito de iniciativa dos Atenienses se confrontava com a lentidão e a falta de energia dos Espartanos, indo mesmo ao ponto

de considerar que «os Espartanos provaram ser os adversários mais convenientes do mundo para os Atenenses fazerem a guerra».

Perspectivas estratégicas

Ao iniciar-se o conflito, as esperanças que a Liga do Peloponeso depositava numa vitória sobre Atenas e os seus aliados residia, sobretudo, na crença de que uma **estratégia directa** de ataque terrestre, na Ática, iria rapidamente levar à derrota do seu inimigo. Deve anotar-se, todavia, que, no capítulo da **estratégia indirecta**, foi sugerida, logo no 2.º Congresso de Esparta, a importância de incentivar as colónias atenienses à rebelião, procurando, deste modo, secar as fontes de recursos financeiros e logísticos que alimentavam Atenas. Todavia, como esta segunda hipótese implicava uma maior capacidade naval, ainda por desenvolver, foi a estratégia directa a que, primeiramente, colheu as prioridades dos Peloponésios.

As surpresas que todas as guerras trazem, depois de iniciadas, não se fizeram esperar. Para o leitor mais curioso dos assuntos militares, a leitura da obra de Tucídides revelará como eram escassas as oportunidades para travar uma batalha campal. Esta circunstância devia-se, em grande medida, ao valor decisivo que as fortificações tinham nessa época e à quase inexistência de meios para ultrapassar o obstáculo que elas constituíam ou causar danos no seu interior, através de arremesso de projectéis.

Foi na crença da quase invulnerabilidade das fortificações e na consciência duma clara superioridade naval que, ao iniciar-se a guerra, Péricles assentou a estratégia de defesa de Atenas em quatro pilares fundamentais:

- Reforçar o sistema de fortificações da cidade e proteger com muralhas o itinerário que ligava a cidade ao porto do Pireu, garantindo, assim, que os meios navais, além do seu empenhamento nas acções de guerra, pudessem continuar a abastecer Atenas com os indispensáveis mantimentos;
- Recusar a batalha campal, mantendo as suas forças terrestres atrás das muralhas;
- Suspender o alargamento do império;
- Com as forças navais, fazer incursões devastadoras nos territórios do inimigo, obrigando-o a dividir as suas forças para acorrer aos pontos ameaçados.

Condicionantes táticas

No capítulo do combate terrestre, a composição das forças desdobrava-se em três componentes fundamentais: o corpo principal dos exércitos era constituído por tropas de **infantaria pesada**, os *hoplitas*, os quais combatiam em formação cerrada e dispunham de meios de protecção – escudo, elmo, couraça e caneleiras –, tendo como armamento uma espada e uma lança (sarissa ou pique), privilegiando, por conseguinte, na forma de combater, o elemento *choque*¹; sendo tropas pesadas, a sua fraca mobilidade e as claras insuficiências em situações de combate que se não desenrolassem a curta distância do inimigo eram compensadas pelas **tropas ligeiras** – arqueiros, lançadores de dardos e fundibulários – que possuíam a mobilidade e os meios de “fogo” próprios para o combate à distância; por fim, a **cavalaria**, que, não possuindo o poder de choque da cavalaria medieval (a adopção da sela com arção só virá a ocorrer no século VI d.C. e a dos estribos um pouco mais tarde), garantia excelente mobilidade no combate às tropas ligeiras inimigas, na perseguição do inimigo derrotado e em acções de reconhecimento e vigilância.

¹ Os *Elementos Essenciais do Combate* são cinco: choque, movimento, fogo, protecção e comando/ligação. Ao longo dos tempos, consoante se foram criando desequilíbrios decorrentes das inovações técnicas, a importância de cada um destes elementos foi variando. Para o estudo da obra de Tucídides, o elemento *fogo* deve ser entendido como respeitando àquele tipo de combate que se trava à distância, pelo arremesso de projectéis.

Acrescente-se, ainda, que a falta de tropas de cavalaria nas forças atenienses projectadas para o exterior, por via marítima, constituiu uma permanente vulnerabilidade da sua acção em campanha, sobretudo quando se confrontavam com forças inimigas dispostas desses meios em quantidade e qualidade.

Em contrapartida, a superioridade ateniense no mar foi, durante muito tempo, indiscutível. A perícia dos marinheiros atenienses e os seus superiores conhecimentos da guerra no mar permitiam-lhes manobrar perante o inimigo com uma agilidade que deixava os seus opositores completamente desorientados. Essa perícia, aliada ao melhor domínio da táctica naval, constituía um trunfo que só era jogável em situações de mar aberto. Quando a falta de espaço diminuía a capacidade de manobra e o combate naval descambava para uma espécie de batalha terrestre a bordo de navios, os atenienses perdiam grande parte da sua superioridade e, inversamente, cresciam as vantagens para as forças opositoras.

Deve sublinhar-se que, apesar de toda a fama de que gozava a infantaria espartana, no decurso do conflito vai ficar a saber-se que a infantaria ateniense lhe não ficava atrás, chegando a obter algumas importantes vitórias que vieram comprovar que tinha razão Péricles quando, pouco tempo antes do início das hostilidades, afirmava que «...a nossa experiência naval é-nos mais útil para acções em terra do que a aptidão militar terrestre deles [os Espartanos] o é para acções no mar»². As operações conjuntas de formações navais atenienses com forças terrestres embarcadas, assemelham-se em tudo a outras acções ocorridas mais próximo do nosso tempo, em que uma potência predominantemente marítima consegue bons resultados em operações terrestres³, utilizando os meios navais, simultaneamente, em apoio de combate, em apoio logístico e, por fim, como espécie de retaguarda móvel para onde se recua e com a qual empreendem a retirada quando surgem dificuldades e se verifica que é preferível salvaguardar a integridade da força a permanecer em terra numa situação de desvantagem.

Desenvolvimento do conflito

A estratégia defensiva ateniense – na qual a recusa da batalha terrestre fora, para os Espartanos, na fase de planeamento, uma hipótese jamais admitida – é certo que implicava deixar à mercê dos invasores todo o resto do território ático, aceitando as perdas resultantes das destruições e pilhagens que o inimigo sempre fazia. De qualquer modo, importa referir que não era fácil para um exército invasor manter um cerco durante muito tempo, porque rapidamente começava a sentir falta de provisões, sobretudo quando não era viável fazê-las chegar junto das tropas senão por via terrestre.

A primeira fase da guerra [431-428] constituiu, por conseguinte, uma enorme desilusão para os Espartanos e seus aliados, sendo obrigados a retirar sem ter causado ao inimigo qualquer dano apreciável.

Entretanto, o vector ofensivo da estratégia ateniense – com o qual era possível conservar ou reconquistar a liberdade de acção e alcançar resultados decisivos – era materializado pelas acções da sua poderosa marinha, em cujos navios se fazia, também, a projecção de forças terrestres, ao estilo dos grandes agrupamentos anfíbios contemporâneos, com a particularidade de, naquela época longínqua, a batalha naval se disputar, frequentemente, em simultâneo e na proximidade geográfica de um recontro terrestre complementar.

Quando uma epidemia de peste veio assolar Atenas, a estratégia de Péricles começou a ser fortemente contestada, aparecendo em força os partidários de uma estratégia mais directa (Cléon e Demóstenes, nomeadamente). Ao mesmo tempo que, contrariando as recomendações de Péricles quanto à não-conveniência de prosseguir o alargamento do império, os Atenienses se começam a

² V. capítulo V.

³ Veja-se, por exemplo, o papel importante da armada britânica no apoio às acções das suas forças terrestres, durante a Guerra Peninsular (1808-1814), ou, ainda, a acção decisiva da armada liberal durante o Cerco do Porto (1832-1833).

envolver militarmente na Sicília, a acção sobre Pilo e a vitória na ilha de Esfactéria [425] constituem o momento alto da sua ofensiva contra território espartano. Mas também é dessa vitória que decorre a arrogância ateniense ao recusar as propostas de paz dos humilhados espartanos. Estes, no entanto, conseguem inverter a fortuna da guerra, pelo que a estratégia assim concebida teria um final pouco empolgante para os Atenienses. Em contrapartida, é a ocasião para fazer vir ao de cima os méritos do general espartano Brásidas, um dos melhores chefes militares de todo o conflito. As vitórias de Brásidas [424-422], ao mesmo tempo que representaram, em grande medida, a falência da estratégia directa dos críticos de Péricles, constituíram uma eloquente demonstração de um novo entendimento, por parte de Esparta, do que deveria ser o objectivo estratégico prioritário. Abandonava-se a ineficaz acção directa terrestre contra o coração do império inimigo e optava-se por ir para distantes paragens – a Calcídica – em busca das fontes de prosperidade atenienses, que era urgente fazer secar. Além do envolvimento estratégico que esta mudança implicava, Esparta arvorava-se, igualmente, em libertadora dos povos sob regime colonial, convidando-os à revolta contra Atenas. Note-se, no entanto, que a incursão de Brásidas na Calcídica foi precedida de uma marcha por terra, sendo toda a campanha fundamentalmente terrestre.

Os êxitos assim obtidos são de molde a propiciar um período de paz formal – Paz de Nícias [421] – entre Atenas e Esparta. Este período viria a ser entrecortado pelo conflito entre Esparta e Argos [419-418], ganho pelo primeiro, conflito esse que, não fazendo parte do confronto principal, contribuiu, decisivamente, para perturbar a aliança de Argos com Atenas. Curiosamente, é nessa confrontação que decorre uma das mais importantes batalhas terrestres da Antiguidade (Mantineia – 418).

Ainda antes de serem retomadas as hostilidades abertas entre Atenas e Esparta, dá-se início à intervenção ateniense na Sicília [416]. Este empenhamento, levado a cabo num momento de grande euforia e prosperidade, tem sido comparado, no nosso tempo, à intervenção que os Estados Unidos da América iniciaram no Iraque em 2003⁴. Um dos articulistas⁵ traça este curioso paralelo entre as envolventes políticas e militares dos dois conflitos:

«Grandes diplomatas atenienses de então, como Nícias, alertaram contra o envolvimento militar na Sicília, chamando-lhe “uma guerra que não nos diz respeito”, segundo Tucídides. Mas os neoconservadores de discurso fácil daquele tempo, como era o caso do brilhante Alcibiades, afirmaram que, de facto, os Sicilianos receberiam os Atenienses com flores. Prometeu que seriam recebidos não como ocupantes mas como libertadores. “Teremos muitos bárbaros... ao nosso lado”, declarou Alcibiades, acrescentando que os opositores seriam umas hordas fáceis de desbaratar. “Nunca os Peloponésios estiveram tão desanimados perante nós”, declarou diante da multidão que o escutava. Consequentemente, os Atenienses cerraram fileiras em torno da sua bandeira e despacharam uma colossal expedição. Todavia, como anota Tucídides, estavam a ser vítimas de um grosseiro falhanço no tocante às informações. Não obtiveram o apoio com que tinham contado e o inimigo era muito mais numeroso e mais organizado do que tinham previsto. A guerra correu de forma muito sofrida e, por fim, Atenas foi forçada a confrontar-se com duas opções: retirar ou fazer uma escalada da guerra. Os Atenienses decidiram que aceitar a derrota não era opção e preferiram um aumento de meios. Para tal, enviaram um reforço de 70 navios e 5.000 homens. O resultado foi uma catastrófica derrota. Milhares de Atenienses foram mortos longe da pátria e outros vendidos como escravos. A marinha ateniense foi destruída e a jogada do tudo ou nada deu como consequência que outros estados não-alinhados se colocaram ao lado do inimigo de Atenas – Esparta. Poucos anos volvidos, a democracia ateniense soçobrou e Atenas, a grande cidade-estado da Antiguidade, foi conquistada por Esparta.»

⁴ Ver, nomeadamente, artigos da imprensa norte-americana em <http://greenpagan.blogspot.com/2007/01/et-tu-george.html> e <http://donkeyod.wordpress.com/2007/05/29/how-we%E2%80%99re-animalistic-%E2%80%94-in-good-ways-and-bad/>.

⁵ Nicholas D. Kristof, *Et Tu, George?* - New York Times, 23-01-2007.

Do texto do próprio Tucídides se podem respigar algumas das considerações que faz sobre a campanha da Sicília, reflexões essas que, nos dias de hoje, se não podem ler sem pensar no que se passou e passa no Iraque dos nossos dias:

«Porque nunca pode esperar-se uma contribuição política prudente e justa dos cidadãos que não trazem para os processos de decisão os interesses e as apreensões de um pai.» [Péricles, cap. VI]

«Por isso, é pura insensatez ir contra um povo que não pode ser dominado, mesmo se conquistado.» [Nícias, cap. XVIII]

«Quem leva a cabo uma tal empresa tem de estar preparado para se tornar senhor do território no primeiro dia em que lá desembarca. Falhando neste propósito, todos se voltarão contra a sua presença.» [Nícias, cap. XVIII]

Certamente que, para além de algumas impressionantes analogias, os dois conflitos apresentam, também, notórias diferenças. Mas o apontamento que aqui deixamos tem a finalidade de chamar a atenção dos leitores – se é que tal seria necessário – para a riqueza de ensinamentos que a História pode fornecer a quem se interessa pelas artes da política e/ou da guerra.

No estrito plano desta Introdução, importa referir que a campanha da Sicília se iniciou sem o envolvimento de Esparta. Oficialmente – apesar das muitas violações e de diversos compromissos não cumpridos – vigorava, ainda, a Paz de Nícias. Se é verdade, como referimos ser a opinião do próprio Tucídides, que, devido ao seu carácter, os Espartanos provaram ser os adversários mais convenientes do mundo para os Atenenses fazerem a guerra, não é menos verdade que os Siracusanos, principais opositores sicilianos, eram, segundo o autor, «no que toca ao carácter, muito parecidos com os Atenenses –, o que muito contribuiu para o sucesso que tiveram ao combatê-los». [cap. XXVI] Mas as semelhanças não ficavam pela questão do carácter. Os Siracusanos entenderam, desde o início do conflito, que, além da força que lhes advinha da circunstância de combater no seu território, também tinham de ser fortes no mar. O esforço que vão fazer neste domínio conduzirá, a breve trecho, a uma paridade, no plano naval, entre Atenas, por um lado, e a aliança liderada por Siracusa e, posteriormente, por Esparta.

Quando os dirigentes de Siracusa conseguiram convencer os Espartanos a ir em seu auxílio [415], os Peloponésios, para além de uma força expedicionária composta de várias unidades navais, enviaram-lhes, também, Gilipo, um general espartano experiente, para assumir o comando de todas as forças que combatiam contra Atenas. Mas, além deste envolvimento directo naquele específico teatro de operações, os Espartanos iam dar início a uma série de acções no âmbito da estratégia indirecta, cuja finalidade era a produção de danos no apoio logístico de que Atenas tanto carecia. O primeiro passo foi a ocupação de Deceleia, uma fortaleza a norte de Atenas. Dessa ocupação fortificada resultava, imediatamente, que o transporte das provisões vindas de Eubeia, que, anteriormente, se fazia rapidamente por terra, a partir de Oropo, pelo itinerário de Deceleia, tinha, agora, que se efectuar, com grande custo, por mar, pela rota do cabo Súnio. Além disso, fazia com que os Atenenses ficassem privados, também, das receitas provenientes das minas de Láurio. Esta acção constituiu como que uma punhalada nas costas dos Atenenses.

Entretanto, na Sicília, a cada vez maior paridade de forças – sobretudo no mar – iria conduzir à perdição final do corpo expedicionário ateniense. Incapazes de se furtar à armadilha montada pelos Siracusanos e pelos espartanos de Gilipo, sujeitaram-se a uma batalha naval no apertado espaço do Grande Porto siracusano, onde a sua maior perícia de nada valia, sofrendo uma contundente derrota. Depois, compreendendo que se lhes acabara a força marítima – sem a qual não podiam ser reabastecidos de víveres –, ainda arriscaram uma retirada por terra, rumo a alguma região amiga, sendo perseguidos e desbaratados em condições francamente humilhantes.

Parecia que estavam reunidas as condições necessárias para que os Espartanos e os seus aliados dessem o golpe de misericórdia nas debilitadas forças atenienses. Todavia, a peculiar prudência espartana não permitiu uma rápida exploração do sucesso obtido e deu a Atenas o tempo

necessário para a sua recuperação. Os Atenienses, lançando mão dos fundos de reserva, lograram levantar uma nova esquadra e voltar a assumir um papel destacado no plano das operações marítimas. Só que, agora, o poderio naval adquirido por Esparta e reforçado pelos seus aliados – entre os quais se destacavam os Siracusanos – fazia com que as operações se realizassem num cenário de clara paridade. O equilíbrio existente iria provocar uma grande contenção. Agora, nenhuma das partes queria arriscar uma cartada final sem ser em condições de grande superioridade. Quando o acaso colocava duas forças inimigas, presumivelmente idênticas, à vista uma da outra, era quase certo que acabavam afastando-se uma da outra, esperando por outra oportunidade mais conveniente. A ocorrência de uma batalha decisiva não estava para breve.

Depois de concluída a campanha da Sicília, o Teatro de Operações mais importante transferiu-se para a costa da Jónia. Era aí, nas ilhas do Mar Egeu e nos estabelecimentos da costa que se jogava o futuro da guerra: os Espartanos e os seus aliados interessados em fomentar a revolta das colónias atenienses, de modo a interromper os fluxos de fundos e o apoio militar que Atenas dali recebia; os Atenienses, naturalmente, decididos a opor-se a tal objectivo. No entanto, o contexto geopolítico daquela região integrava outro protagonista sumamente interessado no que estava a passar-se – o império persa, antigo inimigo dos Helenos. Esse interesse decorria do facto de toda a área em disputa – insular e litoral – ser, do ponto de vista geopolítico, parte integrante do império (mais precisamente da Península da Anatólia), motivo pelo qual ambicionavam recuperar o seu controlo. Enquanto os Persas pressentiram a existência de um certo equilíbrio estratégico, fizeram jogo duplo com as duas partes, mas evitaram desequilibrar a contenda a favor de qualquer delas, considerando que lhes seria favorável prolongar o conflito e promover o desgaste a que tanto Esparta como Atenas estavam sujeitas.

Em 411, o centro de gravidade das operações navais deslocou-se para norte, para as imediações do Helesponto. A campanha, que incluiu a vitória ateniense na batalha naval de Cinossema, serviu, sobretudo, para reanimar as hostes atenienses. Apesar de claramente vencidos, os Espartanos tinham sofrido perdas insignificantes. No ano seguinte, puderam, por isso, voltar a enfrentar os Atenienses (batalha de Cízico), mas, dessa vez, sofreram uma copiosa derrota, sendo que os navios da esquadra peloponésia foram todos capturados ou destruídos. Perante esta pesada derrota, os Espartanos enviaram a Atenas uma embaixada, procurando acertar os termos de uma paz, que os Atenienses, todavia, arrogantemente recusaram.

Do lado do império persa houve a percepção de que a derrota sofrida por Esparta e seus aliados materializava o rompimento do equilíbrio estratégico em que tinham vindo a apostar. Daí que *Ciro, o Jovem*, rei dos Persas, não tenha hesitado em conceder a Esparta o apoio financeiro indispensável para reconstruir rapidamente a sua esquadra.

A partir do momento em que a aliança de Esparta com os Persas possibilitou a reconstrução da esquadra, os Espartanos elegeram como principal objectivo da guerra o domínio do acesso ao Ponto Euxino (Mar Negro), de modo a cortar aos Atenienses o abastecimento de cereais. Apercebendo-se do risco que corria – porque a perda de Eubeia, em 411, significara, também, a perda dos cereais que dali provinham – os Atenienses despacharam uma esquadra para a costa da Jónia e derrotaram os Peloponésios na batalha de Arginusas [406].

Com mais esta vitória, parecia que Atenas reafirmava, de maneira categórica, a sua superioridade no mar, abrindo perspectivas para uma vitória final. O que se passou daí em diante – e que, resumidamente é referido no Epílogo desta edição – é mais do âmbito da política do que da estratégia. Um processo de autodestruição começa a germinar em Atenas em volta das responsabilidades pelo não-salvamento dos marinheiros atenienses que, durante a batalha de Arginusas, viram os seus navios afundados. O *Processo de Arginusas* veio privar Atenas de um grande número dos seus melhores estrategas. Daí que o ânimo dos militares atenienses tivesse sido rudemente abalado, nunca mais logrando alcançar os níveis de excelência dos anos precedentes.

Apesar da importância das batalhas navais de Cízico e de Arginusas, nenhuma das partes em confronto tinha conseguido obter uma vitória verdadeiramente decisiva, que conduzisse ao final do longo conflito. Até que, finalmente, o abatimento moral dos Atenienses – especialmente ao nível dos seus chefes militares – os veio colocar numa posição de grande fragilidade. Os Espartanos não tardaram em aproveitar as vulnerabilidades do adversário, materializando a tão almejada vitória

decisiva, em 405, na batalha de Egospótamo. Nessa ocasião, a esquadra espartana, sob o comando do almirante Lisandro, tirando partido das inabilidades verificadas ao nível do comando da esquadra ateniense, liderada por Cónon, logrou derrotar a esquadra ateniense do Helesponto, a qual foi quase totalmente capturada na praia. Sem meios navais capazes de garantir o fornecimento de cereais a Atenas, a cidade, depois do longo cerco que lhe foi imposto por Lisandro, viu-se forçada a capitular.

Chegava ao fim a mais longa guerra até então conhecida. Atendendo ao desenrolar do conflito, mesmo considerando as importantes vitórias da Liga peloponésia na Calcídica (Brásidas) e na Sicília (Gílipo), o resultado final pode ser considerado algo surpreendente. Durante muito tempo e em diversas circunstâncias, a superioridade ateniense – no mar, em terra, na audácia, na capacidade de sofrimento, na riqueza disponível e na determinação do seu povo – foi tão marcante que é forçoso procurar noutras razões o colapso final de um tão grande império.

A esta distância, não é fácil fazer, sobre esta matéria, um julgamento rigoroso. A descrição de Tucídides sugere, sem margem para dúvidas, ter havido da parte de Atenas aquele tipo de arrogância imperial que a história da humanidade por diversas vezes regista, desde os tempos mais remotos até aos dias de hoje. Esse tipo de arrogância foi sempre mais acentuado e mais propício a enganos quando o sistema político internacional se aproximou da versão unipolar semelhante àquele em que temos vivido desde o final da Guerra-Fria e do desaparecimento da União Soviética, ou seja, um sistema em que uma das potências se destaca claramente das demais, acabando por concitar a inimizade de grande parte das outras nações. Assim, para abrimos uma pista quanto às razões da derrota de Atenas e, deste modo, concluirmos este Estudo, julgamos ser de devolver a palavra ao próprio Tucídides, procurando encontrar, nas entrelinhas do seu texto, a resposta à questão proposta:

A presente prosperidade tinha persuadido profundamente os cidadãos de que nada seria capaz de os deter e de que podiam obter o que quer que fosse, possível ou impraticável, com a mesma facilidade, não importando saber se os meios disponíveis eram suficientes ou absolutamente inadequados. Esta atitude era o resultado do seu extraordinário sucesso, o qual fez com que confundissem a sua força com a dimensão das suas esperanças.

David Martelo

Este texto constitui o Estudo Militar Introdutório à “História da Guerra do Peloponeso”, de Tucídides, Edições Sílabo, Lisboa, 2008.